



Ata Nº 4

Quadriénio 2021/2025

Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, na localidade de Monte Redondo, no Salão Nobre do edifício sede da Junta de Freguesia, na presença de todos os membros da assembleia, realizou-se **a reunião ordinária** de funcionamento da Assembleia da União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira, presidida por Paulo Azinheiro Pedrosa Gaspar.

O Presidente da Assembleia deu conhecimento de uma exposição da senhora Margarida Pereira, que recebeu no dia 25 de março, dia da assembleia extraordinária, pelo que não pode apresentar o documento.

A primeira secretária leu a exposição, que se encontra como Anexo 1 à presente ata.

Após a leitura deste documento, Paulo Gaspar informou que o senhor Carlos Alberto não é secretário, mas tesoureiro do executivo e que não é da competência da assembleia de freguesia tratar do assunto em causa. Sendo assim, a mesa da assembleia vai enviar, por escrito, uma resposta à senhora Margarida Pereira.

Passou-se à votação da ata n.º 2, de 28 de dezembro de 2021, e da ata n.º 3, de 25 de março de 2022, tendo ambas sido aprovadas por unanimidade.

No dia 25 de março de 2022, foi também entregue pela Bancada do PSD, um voto de pesar e uma moção, que serão apresentadas nesta sessão, tendo em conta que a anterior era uma assembleia extraordinária.

Joana Pinto leu o voto de pesar pelo senhor José Serra Loureiro, pai do senhor Lino Loureiro, segundo secretário da assembleia de freguesia, que se encontra como Anexo 2 à presente ata. O voto de pesar foi aprovado por unanimidade.

Joana Pinto leu a Moção acerca da Guerra na Ucrânia, que se encontra como Anexo 3 a esta ata. A Moção foi aprovada por unanimidade.

De seguida, Paulo Gaspar referiu que enviou uma proposta de alteração à supressão das passagens de nível para análise dos membros da assembleia e todos os membros responderam, com exceção dos três representantes do PSD. Para que ficasse registado em ata, o Presidente da Mesa questionou se estavam de acordo com as sugestões de alterações enviadas para a Câmara, ao que estes acederam.

Posteriormente, Paulo Gaspar informou que estão abertas as candidaturas para o Orçamento Participativo Municipal, passando a palavra a Céline Gaspar, Presidente do Executivo, que informou que qualquer cidadão pode apresentar a sua candidatura, com exceção dos eleitos.

Patrícia Moital, da Divisão de Comunicação da Câmara Municipal de Leiria e Membro da Comissão Técnica de Avaliação (júri) do Orçamento Participativo, agradeceu à Assembleia de



Freguesia e ao Executivo da Junta, a oportunidade para poder explicar o que é o Orçamento Participativo, uma iniciativa da Assembleia Municipal, que não conseguiu fazer-se representar, pelo que pediu desculpa. O Orçamento Participativo do Município de Leiria é uma iniciativa conjunta da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, em que a Assembleia é responsável pela ideologia de todo o Orçamento Participativo e a Câmara executa-o e põe-no em prática. Constitui igualmente uma partilha com os cidadãos na definição da estratégia e, principalmente, do investimento que o Município deve fazer. Por outro lado, é também um contributo para a cidadania, criando mais um canal de proximidade entre o Município e os cidadãos eleitos, a par de todos os outros; estabelecendo uma relação com as expectativas e as necessidades da população.

O Orçamento Participativo está estruturado com base em três tipologias, devido a uma alteração efetuada há dois anos.

A Tipologia Verde ou Imaterial está relacionada com as questões ambientais, como a colocação de Ilhas Ecológicas, a Instalação de Painéis Fotovoltaicos e um Ecocentro Móvel que irá percorrer todas as freguesias do concelho para a recolha de determinados resíduos, nomeadamente cd's e dvd's, que as pessoas ainda têm em casa. A parte Imaterial refere-se às propostas que não envolvem a concretização de uma obra, como a aquisição de materiais para a Biblioteca Escolar, a Organização de um Evento Local de Promoção da Cultura, a celebração de uma efeméride e a recriação histórica local.

A Tipologia Jovem enquadra todas as propostas apresentadas por alguém que tenha entre os 15 e os 30 anos, como a instalação da iluminação pública, a colocação de equipamentos em estabelecimentos de ensino ou a criação de uma zona de lazer e desporto.

A Tipologia Material implica a realização de uma obra, como a requalificação de um parque infantil, requalificação de um espaço museológico ou a instalação de uma estátua.

O Orçamento Participativo tem uma verba de 886 mil euros, no âmbito do Orçamento Participativo. Este valor resulta da soma de 1,5% das despesas de capital de 2021, que foram cerca de 526 mil euros, e o valor que na edição do ano anterior do Orçamento Participativo não foi aplicado, devido a uma fraca participação.

Para apresentar uma proposta ao Orçamento Participativo Municipal devem cumprir-se os seguintes requisitos: o proponente tem de ser um cidadão em nome próprio, não pode ser uma associação, nem uma entidade, um clube ou uma IPSS; terá de morar no concelho de Leiria e tem de ter mais de 15 anos. Outra das normas é a apresentação da proposta através de um formulário que está no site do Orçamento Participativo. Não são aceites propostas por *email* nem em papel.

A proposta tem de ser o mais pormenorizada e detalhada possível, porque uma proposta muito abrangente que não esteja territorialmente localizada não vai permitir fazer uma análise da proposta que indique se é ou não válida. Por exemplo, se não houver uma indicação concreta da localização da proposta, numa obra, não se consegue perceber se o espaço é municipal ou não, uma



das condições para as propostas apresentadas, visto que têm de ser em espaço ou domínio municipal. Sugere-se que se incluam fotografias, mapas e plantas, ou seja, todo o tipo de ficheiros e de informação que possa ser útil.

Solicita-se que apresentem um valor estimativo acerca da implementação da proposta e, caso seja possível, suportem a informação com um orçamento de uma empresa ou de uma entidade, visto que cada tipologia tem um *plafond* que não pode ser ultrapassado.

Outros dos aspetos que se pretendem promover são a novidade, a criatividade e a originalidade, pelo que não se aceitam repetições de propostas de edições anteriores, principalmente se tiver sido uma proposta vencedora.

A Tipologia Verde e Imaterial tem atribuídos 50% dos 836 mil euros, no sentido de se promover a sustentabilidade e o meio ambiente; a Tipologia Jovem e a Tipologia Material têm 25% cada uma.

As propostas têm de ser criativas, mas também pontuais, em que o investimento seja feito naquela altura e não se prolongue muito no tempo. Há situações que exigem custos de manutenção, mas não deve ser nada que obrigue contratação externa ou uma manutenção muito prolongada no tempo.

O Município de Leiria tem mecanismos de apoio direcionados para as entidades, para os clubes, para o associativismo, por isso é que só os cidadãos é que podem participar no Orçamento Participativo Municipal. Poderão fazê-lo em nome de uma entidade, mas, se for um tipo de apoio que esteja abrangido no PRO Leiria, essa proposta não poderá ser aceite.

O Orçamento Participativo não tem como objetivo o «autoemprego», pelo que é suposto que as ideias e as propostas sejam coletivas, direcionadas a todos. Se o proponente for parte interessada na proposta que apresenta, não poderá ser aceite.

Tendo em conta que as propostas só podem referir-se a um espaço ou domínio do Município, caso o cidadão não saiba se o espaço pertence ao município, existe um email para onde enviar as dúvidas. Se for um espaço da Junta de Freguesia ou do Município que esteja cedido a outras entidades, através de um contrato, o Município não pode intervir.

O Orçamento Participativo é implementado em quatro fases. A primeira é constituída pela apresentação de propostas, sendo que o prazo termina no dia 13 de maio. Após esta data, são compiladas e divulgadas as propostas apresentadas, independentemente de respeitarem os requisitos. Posteriormente, as propostas são analisadas para, no dia 15 de julho, ser apresentada uma lista provisória, visto que, nos catorze dias seguintes, os proponentes têm a possibilidade de reclamar da decisão do júri. No dia 5 de setembro, é apresentada a lista definitiva das propostas que vão a votação, para se entrar na segunda fase, da divulgação dos resultados. No dia 21 de setembro, far-se-á uma apresentação pública no Teatro José Lúcio da Silva das propostas que vão a votação, em que cada proponente terá oportunidade de apresentar e de defender a sua proposta. O período de



votação vai de 26 a 27 de setembro. Os proponentes podem fazer um pequeno vídeo de apelo ao voto na sua proposta para ser publicado no Facebook do Município. A 12 de outubro são divulgados os resultados.

A terceira fase constitui a avaliação de todo o processo do qual é feito um relatório para a Comissão Consultiva da Assembleia Municipal.

A quarta fase é composta pela execução dos projetos mais votados.

Passando aos assuntos antes da ordem do dia, José Estrada disse que a senhora presidente já está no executivo há seis meses e questionou em que fase estão as obras das Salinas da Junqueira e como está a situação do Parque Industrial. Também referiu que há algumas ruas da freguesia que têm o pavimento em mau estado devido às raízes das árvores e questionou se é possível melhorá-las. Outra questão teve a ver com a Rua da Escola e com o comércio local, pois não há acesso para as pessoas com mobilidade reduzida, e questionou se a Junta podia fazer um pavimento ou uma rampa.

Ana Carla Gomes, após cumprimentar todos os presentes, congratulou o executivo, em nome da Bancada do PS, pela excelente organização do Centro de Acolhimento a Refugiados Ucranianos e por todas as diligências que têm vindo a ser tomadas, no sentido de minimizar o sofrimento destes cidadãos ucranianos. Mostrou também o orgulho sentido pelos cidadãos da União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira, bem como pelos cidadãos das freguesias vizinhas, pelo seu altruísmo na ajuda ao próximo. Desde particulares a empresas e associações, todos se uniram por esta causa. Fazendo eco das palavras de alguns desses cidadãos, agradeceu a incansável disponibilidade da senhora Presidente do executivo, Céline Gaspar, que tornou os seus dias mais alegres e esperançosos num futuro melhor.

Ana Carla Gomes elogiou também o executivo pelas atividades relacionadas com a Ronda Poética, no fim de semana anterior, nomeadamente as visitas aos lares de idosos, onde os alunos das escolas declamaram poemas alusivos à temática da Liberdade, e o Concurso de Poesia, uma iniciativa cultural de grande importância, que enriquece toda a população e é uma forma diferente e muito rica de comemorar o 25 de Abril.

David Teotónio referiu que com as obras realizadas na Estrada Nacional 109, alguns veículos optam por se desviar do trânsito através do Pinheiro, usando de uma velocidade elevada na localidade, em que há crianças na rua.

David Teotónio referiu, ainda, que, no presente ano, a Fesmonte vai voltar a realizar-se, o que foi recebido com agrado, pois é um evento importante para dinamizar a nossa zona e para as empresas e associações se darem a conhecer. Os membros do PSD da Assembleia de Freguesia estão disponíveis para colaborar na realização deste evento.

No que concerne à questão das Salinas da Junqueira, Céline Gaspar explicou que a empresa Joaquim S.S. Cordeiro – Construções Unipessoal, Lda., à qual a obra foi adjudicada em 23.02.2021, pelo valor de 299.999,26 € (duzentos e noventa e nove mil e novecentos e noventa e nove euros e



vinte e seis cêntimos), quis rescindir com o Município o contrato da empreitada por mútuo acordo, por considerar que: as condições do edifício existente bem como as do terreno envolvente não são as previstas no projeto inicial e só foram detetadas após limpeza do terreno e sondagens ao terreno, edifício e fundações existentes; tendo em conta o tipo de solos existente no local e o tipo de fundações proposta no atual projeto de estabilidade, o empreiteiro considera que não será possível estabilizar o edifício existente e que a única solução viável passa pela demolição total e execução de um edifício novo, solução esta que a APA não aceitou; os trabalhos agora a realizar decorrentes da alteração ao projeto são divergentes dos previstos inicialmente e estes trabalhos excedem o seu conhecimento e capacidade de execução; a inflação de preços e escassez de materiais que se tem verificado ao longo dos últimos meses, cumulativamente com a suspensão dos trabalhos, vem alterar por completo tudo o que foi inicialmente previsto para execução desta empreitada, inviabilizando também os valores orçamentados inicialmente; informa igualmente que a mão-de-obra tem sofrido aumentos, existindo uma escassez da mesma e que devido à suspensão da obra e à alteração do tipo de trabalhos a executar, os subempreiteiros cessaram os acordos anteriormente formados; tratando-se de uma zona com nível freático muito elevado, não seria possível proceder à execução dos trabalhos previstos nesta fase da obra, escavações e ensoleiramento geral, em plena época de chuvas.

Por esses motivos, propôs à Câmara a rescisão do contrato de empreitada por mútuo acordo por considerar que não se encontram reunidas as condições para dar continuidade à obra nos moldes em que esta se encontra planeada. Foi contactado o projetista da estabilidade, Engenheiro Nelson, do gabinete de projeto “Nefimor”, para se rever o projeto na íntegra, incluindo o sistema de fundações diretas proposto, tendo este demonstrado a sua indisponibilidade em continuar com este processo.

Nesse sentido, e considerando que tecnicamente o projeto apresentado carecia de muitas retificações, quer ao nível da estabilidade, com utilização de fundações indiretas, quer ao nível da integração paisagística da envolvente e do edifício, foi contactada uma empresa projetista para desenvolver estas componentes e assegurar a emissão de parecer favorável por parte das entidades. Esta equipa apresentará o seu estudo prévio já desenvolvido no dia 02.05.2022, através de uma apresentação em PowerPoint, que permitirá à Sr.ª Presidente de Junta aferir do desenvolvimento do projeto e dialogar com a equipa projetista sobre outras questões que considere pertinentes e devam ser integradas no processo.

Relativamente ao Parque Empresarial, está a decorrer a expropriação das parcelas que não estavam acordadas, faltando apenas quatro. Os projetos de execução estão finalizados, estando a aguardar-se um parecer final relativamente ao Projeto Final no que respeita àquilo que foram as obrigações em termos de estudo de impacto ambiental. Assim que sair esse parecer, será lançada a obra de execução do Parque Empresarial.



Em termos de expropriação, o processo foi mais simplificado, não será necessário haver declaração de posse administrativa, porque o tribunal decretou a entrega das propriedades ao Município, no imediato. O executivo prevê que o lançamento da obra possa acontecer durante este exercício.

No que se refere à questão das raízes, essas estradas estão sinalizadas e, à medida que o executivo vai tendo disponibilidade financeira, vai arranjando. No que diz respeito à Rua da Escola, pode verificar-se a melhoria, mas já existem rampas, em várias áreas, para acesso, não há é uma em frente de cada loja.

No atinente à velocidade nas vias, o executivo já fez várias manifestações relativas a essas questões ao Município e, efetivamente, será sempre muito necessário que as pessoas tenham a consciência de que estão numa localidade e que devem abrandar a velocidade, porque a colocação de lombas não é a solução.

Relativamente à manifestação de vontade de participar na Fesmonte, o executivo agradece e conta com todos para levar a bom porto esta nova edição da Fesmonte.

De seguida, passou-se ao cumprimento da ordem de trabalhos.

No que concerne **ao Ponto 1. Relatório da Presidente da Junta sobre a atividade da Junta de Freguesia e situação financeira - Apreciação nos termos da alínea e) do nr. 2 do artigo 9º do Anexo I à Lei no 75/2013, de 12 de setembro, alterada**, o ponto foi apreciado.

Dando cumprimento ao **Ponto 2. Documentos da Prestação de Contas da União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira referente ao exercício de 2021 - Apreciação e votação nos termos da alínea b) do nr. 1 do artigo 9º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, alterada**, Joana Pinto questionou a transferência realizada com a finalidade de apoio a atividades desportivas culturais e recreativas para a entidade beneficiária da Casa do Povo de Abrunheira.

Céline Gaspar explicou que, na Casa do Povo de Abrunheira, existe uma equipa de Downhill, da qual fazem parte quatro elementos que são da União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira e que solicitaram apoio à Junta de Freguesia. Considerando que essa atividade não existe na freguesia, o executivo apoiou estes atletas.

O ponto foi aprovado por maioria com seis votos a favor dos membros Ana Carla Gomes, Cristiana Pinto, Lino Loureiro, Paulo Gaspar, Renato Silva e Vítor Tomé e três abstenções dos membros David Teotónio, Joana Pinto e José Estrada.

No atinente ao **Ponto 3. Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Leiria e a União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira no âmbito da toponímia e sinalização vertical não iluminada – 1ª adenda - Apreciação, discussão e votação nos termos alínea g) do nr. 1 do artigo 9º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, alterada**, Céline Gaspar explicou que este contrato interadministrativo sofreu algumas alterações que obrigam



a que venha à assembleia, para se fazer a alteração de placas de toponímia, ou de informação de localidade, não incluindo os sinais de trânsito. O ponto foi aprovado por unanimidade.

Cumprindo o **Ponto 4. Verificação da conformidade dos requisitos relativos ao exercício das funções a tempo inteiro da Presidente da Junta - Apreciação ao abrigo da alínea q) do nr. 1 do artigo 9º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro**, a Presidente do executivo explicou que, quando existe uma aprovação de novas contas, devem ser verificados os requisitos para verificar se efetivamente se cumpre que a Junta de Freguesia pode ter a presidente a tempo inteiro, o que pode acontecer desde que a despesa não atinja 12% do orçamento e da execução das contas. Este documento pretende remuneração é só de 3,81% do valor total da receita da conta de gerência de 2021 e de 2 demonstrar todos os valores à data de janeiro, em que existem 463 eleitores e o encargo anual com a respetiva, 86% do valor inscrito no orçamento em vigor. O ponto foi apreciado.

Relativamente ao **Ponto 5. Regulamento da Unidade Local de Proteção Civil da União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira - Apreciação nos termos da alínea k) do nº 2 do artigo 9º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, alterada**, Céline Gaspar referiu que tem vindo a ser desenvolvido um trabalho com o CLDS – Sentir o Território relativamente à área da Proteção Civil, tenho havido o incentivo à criação de uma Unidade Local de Proteção Civil que tem como objetivo principal a informação e prevenção junto da população. Em caso de uma catástrofe ou de um risco, terá também um papel importante. Não se pretende que estas pessoas apaguem fogos, mas que orientem a população. Será feito um Plano de Emergência com a ajuda destes colaboradores. Ao longo de todo o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, tem havido um conjunto de voluntários que tem manifestado a vontade de participar nesta unidade, o que levou o executivo da Junta de Freguesia a aprovar a criação dessa Unidade e o Regulamento apresentado, que foi aprovado em executivo, um regulamento interno, portanto abrange exclusivamente a Presidente da Junta enquanto Coordenadora da Unidade, os funcionários da Junta, que forem nomeados para a Unidade, e os voluntários e entidades que integrarem a Unidade. Por tudo isto, o executivo considerou pertinente dar conhecimento do Regulamento e contar com todos os membros da assembleia para integrarem esta Unidade. O ponto foi apreciado.

Vítor Tomé congratulou a CLDS-4G- Sentir o Território, pelo envolvimento neste e noutros projetos que tem realizado no Norte do Concelho de Leiria, e parabenizou a senhora Presidente da União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira, pelo trabalho e envolvimento nos projetos apresentados e agradeceu a todas as pessoas envolvidas.

David Teotónio disse que no artigo 9.º, constituição e competências, o PSD sugere que as associações sem fins lucrativos também estivessem inseridas.

Céline Gaspar explicou que o executivo ponderou essa situação, mas isso obrigaria a que todas as associações tivessem que fazer parte da própria constituição e, se alguma direção não o pretendesse, seria obrigada a isso. Assim, qualquer entidade pública ou privada pode integrar a



Unidade e o executivo vai sugerir às associações que possam integrar, mas sem ser uma obrigação para a constituição. O ponto foi apreciado.

Passou-se à intervenção do público.

Luís Nunes perguntou como está a requalificação da estrada 109-9, nomeadamente no troço entre Monte Redondo e a Aroeira e a colocação de um passeio que estaria projetado, assim como toda a 109-9, tendo em conta que a Câmara Municipal de Leiria terá um papel primordial.

Outra situação tem que ver com os acessos às novas instalações do Motor Clube. Tem vindo a ser recorrente que as delegações que visitam o Clube, para chegarem às instalações, vão através da Rua do Desporto, indicada pelo GPS. A ambulância dos Bombeiros andou perdida em Monte Redondo, pelo mesmo motivo.

Céline Gaspar respondeu que, relativamente à questão da 109-9, está a aguardar-se o parecer da E-REDES para o projeto elétrico, no entanto, nada poderia ser lançado, porque o acordo de transferência da rua ainda não está assinado. Já foi aprovado em assembleia municipal, pelo que se prevê que seja em breve.

Quanto à questão das ruas, estas estão identificadas, têm a toponímia no município, mas as empresas de GPS não fazem as alterações. Há várias ruas que não estão corretamente sinalizadas, no Google Maps, por exemplo, tendo o executivo pedido a alteração, mas há ruas que não estão atualizadas com o topónimo do município.

Foi elaborada uma minuta da assembleia, aprovada por todos os membros.

O Presidente da Mesa deu assim por encerrada a sessão às 22h35, da qual se lavrou a ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente da Mesa e pela secretária.

O Presidente da Assembleia

(Paulo Azinheiro Pedrosa Gaspar)

A Primeira Secretária

(Ana Carla Marques Pereira Gomes)